



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE MORADA NOVA

LEI Nº 2.177, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a remissão parcial de multas de Trânsito aplicadas pela Autarquia Municipal de Trânsito de Morada Nova - AMT, inscritas ou não na dívida ativa do Município, aplicadas até 31 de dezembro de 2022.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MORADA NOVA.** Faço saber que a Câmara Municipal de Morada Nova aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece os procedimentos para a remissão parcial de multas de Trânsito aplicadas pela Autarquia Municipal de Trânsito de Morada Nova - AMT, inscritas ou não na Dívida Ativa do Município, aplicadas até 31 de dezembro de 2022.

**Art. 2º** Fica concedida remissão dos créditos de natureza não tributária, inscritos ou não em Dívida Ativa, referentes à Autarquia Municipal de Trânsito de Morada Nova - AMT, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2022, para pagamento, em parcela única, do valor total da multa com redução de 60% (sessenta por cento).

**§ 1º** O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importância paga.

**§ 2º** Para os fins deste artigo, os créditos inscritos ou não em Dívida Ativa aplicadas pela AMT deste Município que tenham sido pagos até a data da publicação desta Lei não são alcançados pela remissão prevista.

**Art. 3º** O termo de confissão do débito será lavrado junto à AMT, a quem incumbe a concessão, o controle e a administração da remissão para geração do DAM para pagamento.

**§ 1º** A formalização do termo de confissão constitui confissão irretratável de dívida e impossibilita a transferência de propriedade do veículo enquanto não liquidada a integralidade do débito confessado.

**§ 2º** A apresentação de termo de confissão de dívida relativo a multa que tenha sido objeto de impugnação recursal importará em automática desistência do respectivo recurso.

**Art. 4º** Considerar-se-á automaticamente deferido o pedido de remissão, após assinatura do termo de confissão de dívida, pagamento da integralidade do débito devido e



**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

emissão de despacho homologatório por parte Autarquia Municipal de Trânsito de Morada Nova - AMT.

**Art. 5º** O sujeito passivo que desejar usufruir dos benéficos previstos nesta Lei deverá obter manifestação favorável da concessão de seu pleito pela Autarquia Municipal de Trânsito de Morada Nova - AMT.

**Parágrafo único.** O pagamento realizado nos termos do art. 2º desta Lei deverá ocorrer até o último dia útil do mês da assinatura do termo de confissão de dívida.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento e suplementadas se necessário.

**Art. 7º** As normas estabelecidas por esta Lei vigorarão por 90 (noventa) dias.

**Art. 8º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DO GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA**, em 22 de setembro de 2023.

  
**JOSÉ VANDERLEY NOGUEIRA**  
Prefeito Municipal